

## “DEFESA E SEGURANÇA” COMO ÁREA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

*Manuel Domingos<sup>1</sup>*

A classificação das *áreas do conhecimento* adotada pelas agências públicas há muito deixou de corresponder aos rumos tomados pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. A sua atualização deve compreender revisões conceituais, novos arranjos hierárquicos e o reconhecimento de áreas emergentes, entre as quais a “Defesa e Segurança”. Trata-se de uma iniciativa de interesse da nacionalidade, do Estado, do regime democrático e de pesquisadores especializados.

Palavras Chaves: *Militar, Defesa, Segurança Internacional, Ciência, Tecnologia.*

### Introdução

A defesa militar da nação está assegurada de forma conveniente? Que tipo de Forças Armadas o Brasil precisa? O serviço militar obrigatório deve ser extinto? O controle do tráfego aéreo comercial é assunto militar? Investimentos num submarino de propulsão nuclear e num veículo lançador de satélites devem ser prioritários? O Exército deve atuar nas

---

<sup>1</sup> Pesquisador Associado NEST. Editor da Revista Tensões Mundiais, publicação do Observatório das Nacionalidades, UFC. Ex-Vice-Presidente do CNPq.

atividades de segurança pública? O futuro da América Latina está livre de novas ditaduras militares?

Respostas consistentes a essas e a outras tantas questões inescapáveis para quem se preocupa com o desenvolvimento do Brasil como Estado nacional democrático não podem ser dadas a partir de percepções do senso comum, estudos fragmentados, análises conjunturais, discursos parlamentares improvisados e, muito menos, de formulações corporativas. A sociedade brasileira precisa ampliar, aprofundar e amadurecer o conhecimento acerca das necessidades da defesa, das tendências mundiais dos assuntos militares, das instituições armadas brasileiras, do pensamento e do comportamento de seus integrantes. Aos governantes, cabe articular as variadas iniciativas do Estado direta ou indiretamente relacionadas à soberania nacional. Sem estudos consistentes e sem uma disseminação adequada dos mesmos, a qualidade do diálogo do poder político e da própria sociedade com os militares fica necessariamente prejudicada.

É necessário multiplicar e amparar o contingente de pesquisadores civis especializados em assuntos da defesa militar, dotar bibliotecas de literatura pertinente, estimular novos programas de programas de pós-graduação, explorar temas mal devassados, enfim, alargar e elevar o debate concernente a Defesa. Um passo fundamental nesse sentido é o reconhecimento pelo agente público da *Defesa e Segurança* como área do conhecimento científico.

Em 2005, o CNPq, a CAPES e a FINEP designaram uma *Comissão Especial de Estudos* para propor uma nova Tabela das Áreas do Conhecimento (TAC) para o Brasil. Esta iniciativa mostrava-se indispensável à revisão da política nacional de pós-graduação e ao bom desempenho das agências de fomento as atividades científicas. A CAPES necessitava encarar o fato de os programas designados como *multidisciplinares* eram os que mais cresciam, provocando dificuldades para a sua institucionalização.

Participaram dos trabalhos da Comissão Especial representantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Ensino Superior e do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Comissão, na qual atuei como presidente e a professora Rosali Fernandez, a mais reconhecida especialista brasileira em classificação das ciências, como secretária, colheu pontos de vista de mais de uma centena de associações de pesquisadores, dezenas de instituições científicas e milhares de contribuições individuais. As atividades da Comissão foram concluídas em dezembro de 2005 e o Relatório Final entregue em janeiro de 2006. Como qualquer alteração na TAC repercute intensamente na comunidade científica e nem sempre satisfaz a todos, a autoridade governamental posterga a sua deliberação sobre a matéria. Este é mais um dos muitos aspectos pendentes na ação governamental, com prejuízos evidentes para as políticas de Estado.

Ao longo dos trabalhos da Comissão, defendi que, entre as novas áreas do conhecimento a serem reconhecidas e amparadas no Brasil, figurasse “Defesa e Segurança”. Argüi a necessidade de o poder público assegurar os avanços quantitativos e qualitativos obtidos pelos pesquisadores especializados nesses temas.

Uma sociedade que tem sua história marcada por profundas intervenções militares e que aspira manter a soberania não deve persistir alheia aos problemas relativos às corporações militares e à política de defesa nacional. As universidades e os produtores de conhecimento científico não podem continuar fingindo que os assuntos relativos a defesa e a segurança não lhes dizem respeito. O Congresso Nacional e as várias instâncias governamentais, para se libertar da sujeição às veleidades e idiosincrasias corporativas nessas matérias, precisam dispor de assessorias capazes de fornecer elementos adequados para suas tomadas de decisão. Finalmente, caberia multiplicar os jornalistas habilitados a tratar de forma menos superficial os assuntos militares e os problemas relativos à Defesa. Para ampliar as possibilidades da sociedade civil de dominar esses assuntos, cabe impulsionar a formação de pessoal e amparar os pesquisadores especializados. Um passo importante neste sentido é incluir formalmente Defesa e Segurança como área do conhecimento científico e garantir-lhe amparos financeiros.

Nesse trabalho, apresentado originalmente em novembro de 2006, no IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e publicado em “Tensões Mundiais” (v. 2, N. 3, jul/dez 2006), apresento meus argumentos.

## 1. A classificação e institucionalização do trabalho científico

O saber científico e tecnológico, produzido por uma ampla e diversificada comunidade de trabalhadores intelectuais, pode ser classificado sob óticas variadas. As classificações empreendidas no âmbito da filosofia e da epistemologia das ciências, por exemplo, visam compreender os impulsos, processos e sentidos da produção de conhecimento. Os filósofos não estão essencialmente preocupados em orientar e administrar o avanço do conhecimento científico e do domínio tecnológico. As classificações adotadas por agências públicas voltadas para o ensino, a produção de conhecimento e a inovação na economia e nos mais diversos aspectos da vida em sociedade têm objetivos mais limitados e pragmáticos, não obstante sua indiscutível relevância: visam coletar e organizar dados em vista da concepção, direcionamento, implementação e avaliação de políticas e programas governamentais segundo seus interesses próprios.

A classificação da *National Science Foundation*, dos Estados Unidos, por exemplo, serve especificamente para administrar a distribuição de recursos desta instituição, não sendo respeitada nem mesmo pelas demais agências de fomento deste país. Ao contrário do que pensam muitos cientistas brasileiros, em muitos países, a tendência não é a adoção de uma tabela padrão. Quanto a outra classificação muito conhecida na Comunidade Européia, o *Manual Frascati*, sua preocupação básica é com a organização de dados estatísticos, não com o gerenciamento de políticas ou programas amparo ao trabalho científico.

A classificação das ciências por um agente público reflete, antes de mais nada, o papel que lhe designado pelos governantes. Este tipo de classificação permite as agências de fomento operar baseadas na identificação de atividades afins de uma vasta gama de profissionais. Sem uma prévia determinação das *áreas do conhecimento*, a avaliação do mérito científico pelos pares, por exemplo, seria completamente inviável: o trabalho do pesquisador não poderia ser avaliado por pessoas sem capacidade para reconhecer seu valor intrínseco, sua originalidade e sua destinação específica. Por outro lado, professores, pesquisadores e técnicos utilizam a TAC para direcionar suas demandas às agências. No Brasil, a classificação em vigor atualmente foi estabelecida pelo CNPq, em 1984, ou seja, há 25 anos.

A classificação das ciências é um dos aspectos mais delicados da institucionalização das atividades científicas. Trata-se de um processo paralelo à formação da comunidade

produtora de conhecimento, uma das peças-chaves da emergência dessa ampla associação comunitária moderna designada como nação. As nações modernas têm, entre suas marcas iniludíveis, a busca permanente e acelerada de conhecimento científico e tecnológico. É inerente a nação prometer futuro melhor e esta promessa só pode ser concretizada com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

As classificações das ciências estão sempre sujeitas às alterações em virtude do avanço do conhecimento, da emergência de novos conceitos, objetos e métodos, assim como das propensões do Estado. Por sua vez, tanto o desenvolvimento sócio-econômico como os desígnios do Estado colocam permanentemente novos desafios aos pesquisadores. Ao classificar as ciências, uma agência pública reflete forçosamente o interesse do Estado no desenvolvimento de determinadas atividades científicas, mas não pode deixar de levar em conta as demandas e pontos de vista dos profissionais da pesquisa sob pena de uma classificação das áreas do conhecimento não ter efeitos práticos. A complexidade das reclassificações decorre da necessidade de compatibilizar da forma possível os objetivos das políticas científicas com os de professores, pesquisadores, pensadores, artistas e técnicos permanentemente envolvidos em aguerridos debates em torno de predileções metodológicas, opções teóricas, pendores estilísticos, convicções político-ideológicas e acesso ao financiamento de suas atividades.

Trata-se de uma comunidade com forte tendência a auto-referência: cada cientista, ou pelo menos, cada grupo científico imagina o seu trabalho como o mais importante de todos e considera suas idéias quanto a classificação das ciências como as mais adequadas. Além disso, defende com vigor o amparo a suas atividades. Os pesquisadores mais beneficiados com recursos públicos, temendo eventuais perdas ou redução de auxílios, via de regra, tendem a rejeitar mudanças na TAC; a disputa por prestígio e pelos estímulos governamentais faz com que o advento de novas especialidades nem sempre sejam facilmente absorvido. As idiossincrasias respondem em boa parte pelo anacronismo da classificação em vigor no Brasil: em virtude das dificuldades para mudar, a autoridade pública finda postergando deliberações.

A primeira TAC estabelecida no Brasil, ainda na década de 1970, apesar de confirmar o predomínio da Física, Medicina, Biologia e Química, áreas mais aquinhoadas com recursos públicos desde 1954, quando foi criado o CNPq, refletiu a importância que a Ditadura Militar

passou a conferir as atividades dos cientistas sociais, engenheiros e agrônomos. A modernização projetada pelo regime demandava especialistas aptos ao planejamento e ao acompanhamento das mudanças sociais bem como ao gerenciamento de grandes obras de infra-estrutura. A pesquisa sociológica voltada para o *desenvolvimento* foi beneficiada na ocasião em que o voluntarismo dos comandantes militares produzia mudanças na estrutura socioeconômica com ênfase na modernização da agricultura voltada para a exportação. É precisamente durante a Ditadura que a antiga resistência do CNPq ao financiamento de estudos históricos e políticos foi atenuada. Quanto a Engenharia, o seu desenvolvimento era imprescindível à febre de grandes obras que caracterizou o regime. Se, ao longo do tempo, a formação de engenheiros no Brasil foi assegurada basicamente pelo Exército, tratava-se então de multiplicar as escolas e assegurar a formação de profissionais de diversas especialidades. Sem numerosos engenheiros bem qualificados, o país não viabilizaria os projetos considerados estratégicos pelo regime militar.

A adoção dessa TAC nos anos setenta decorreu também da necessidade de incluir de forma mais efetiva a produção científica brasileira nos padrões crescentemente internacionalizados, baseado no sistema de *avaliação do mérito pelos pares*. Os *comitês assessores* do CNPq, que possibilitariam a introdução deste sistema, foram organizados a partir da TAC então adotada. A introdução destas novidades foi apoiada pelo Banco Mundial que, na época, interferia nos mais variados aspectos do planejamento estatal, desde as iniciativas referentes à reforma agrária aos programas de assistência social e a reorganização do sistema bancário. O BIRD manteve especial atenção aos programas governamentais voltados para a educação e para o desenvolvimento científico.

A TAC hoje em vigor, como já dito, foi publicada em 1984, depois de longos debates, e permanece até hoje com pequenas alterações. Esta Tabela classifica o conhecimento científico e tecnológico em quatro níveis hierárquicos tendo a *área* como unidade de referência. A Tabela reconhece 76 áreas agrupadas em oito *grandes áreas*:

1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde

5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. Lingüística, Letras e Artes.

Os outros dois níveis hierárquicos são a **subárea** e a **especialidade**. As 76 áreas estão subdivididas em 340 subáreas e, estas, respectivamente, em 865 especialidades.

Há muito tempo essa classificação deixou de refletir o desenvolvimento do sistema de ensino, as tendências da pesquisa e as necessidades do país em termos de desenvolvimento científico. Abriga obsolescências conceituais e terminológicas. Não há cientista que não reconheça este anacronismo, com destaque para os arranjos hierárquicos e os numerosos termos em desuso. Ademais, a TAC não contempla novos objetos e ignora predileções metodológicas amplamente consagradas. Numerosos profissionais não conseguem enquadrar adequadamente suas atividades na classificação em vigor. É uma tabela que causa dificuldades tanto às agências de fomento quanto à organização do ensino. A sua permanência atribula a coleta de dados estatísticos relativos ao financiamento e a produção do conhecimento, impedindo mapeamentos consistentes do trabalho científico. Um exemplo de sua defasagem está no fato de o CNPq ser levado a improvisações estabelecendo, ao longo do tempo, mais uma *grande área*, designada *Outros*, com numerosos itens listados em ordem alfabética, ou seja, em detrimento de qualquer critério lógico de classificação.

Além disso, a TAC em vigor nasceu com gritantes inconsistências conceituais, confundindo *área do conhecimento* com disciplina curricular, campo de aplicação do conhecimento, formação profissional e finalidades da atividade científica, confusão aliás bastante corriqueira no meio acadêmico.

A sobrevivência desta classificação anacrônica tanto revela a falta de nitidez das orientações do Estado para o desenvolvimento científico quanto a forte influência de setores da comunidade acadêmica satisfeitos com a atual distribuição dos recursos públicos para a pesquisa. As tentativas de alteração tendem a desagradar profissionais mais atentos a interesses corporativos que às necessidades da sociedade nacional ou as orientações do Estado. Uma nova TAC deveria contemplar certo equilíbrio entre o conservadorismo e a renovação bem como entre os desígnios da autoridade pública e as propensões dos pesquisadores.

## 2. A atualização da TAC

Do ponto vista operacional, o primeiro grande desafio na atualização da TAC é respeitar certos códigos consagrados internacionalmente sem, entretanto, negligenciar as especificidades do desenvolvimento científico brasileiro. Até o presente, não foi possível estabelecer uma classificação universalmente respeitada porque nenhum país abdica de fixar objetivos específicos para o seu esforço de produção de conhecimento. Além disso, em alguns países, como os Estados Unidos, há importantes agências voltadas especificamente para determinados setores da atividade científica. Os estudos relativos a Defesa, por exemplo, são apoiados por importantes entidades especializadas. O respeito às especificidades nacionais faz com que a UNESCO, apesar de seus grandes esforços, não se imponha como autoridade mundial na classificação das ciências. A variedade das classificações, inclusive, impede a organização de estatísticas mundiais confiáveis: qualquer aglomerado de dados referentes aos volumes de recursos empregados ou aos resultados do trabalho dos pesquisadores esconde necessariamente aspectos fundamentais da produção mundial de conhecimento.

No caso brasileiro, a atualização da TAC não pode prejudicar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas em curso; ao contrário, deveria facilitar a preservação de séries estatísticas, compatibilizar as informações de diferentes entidades bem como a terminologia utilizada pelas instituições públicas e pela comunidade técnico-científica.

Outro desafio diz respeito à classificação da produção científica designada como *interdisciplinar*. Como classificar estudos desenvolvidos com variados procedimentos metodológicos e múltiplos diálogos conceituais? Esse problema é continuamente agravado pela crescente tendência à especialização. É o caso, para ilustrar, dos estudos relativos à bioética, à nanotecnologia, ao meio ambiente, à história da ciência e à educação em ciências, todas de difícil enquadramento nas áreas do conhecimento estabelecidas pela TAC. O uso intensivo da informática, por sua vez, acelera o advento de especialidades que, da mesma forma, não se enquadram facilmente em áreas do conhecimento tradicionais. Como classificar a informática aplicada à geografia, a biologia, a medicina etc? Os especialistas findam não se situando facilmente nem na informática propriamente dita nem na geografia,

biologia ou medicina. A despeito de serem profissionais indispensáveis, muitos não se enquadram na classificação em vigor. Os estudos pertinentes a Defesa e a Segurança nacional se incluem, sem dúvidas, no rol das atividades ditas interdisciplinares.

Alguns sugeriram a criação de uma **grande área** que reunisse tais pesquisas interdisciplinares, o que seria inviável pela dificuldade de adotar critérios objetivos para a sua composição. A rigor, é impossível apontar estudos que não usem mais ou menos intensivamente combinações de recursos teóricos e metodológicos: na prática, qualquer pesquisa pode ser classificada como interdisciplinar. O termo *interdisciplinaridade* ganha destaque por conta da irrefreável tendência à especialização: na medida em que uma classificação estabeleça hierarquias com muitos níveis hierárquicos (grandes-áreas, áreas, sub-áreas e especialidades), a identificação dos estudos *interdisciplinares* torna-se mais problemática.

A idéia apresentada pela Comissão para atenuar esse problema foi a de reduzir os níveis hierárquicos da TAC: as ciências no Brasil passariam a ser classificadas em apenas 3 níveis: área, grande-área e sub-área e os pesquisadores vinculariam livremente suas *especialidades* às áreas e sub-áreas que julgassem mais adequadas.

A Comissão definiu **área** do conhecimento como sendo *o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas*. Diga-se de passagem, esta foi a primeira tentativa de conceituar objetivamente a área do conhecimento no Brasil. A partir disso, a Comissão propôs a criação de 23 novas áreas:

1. Arquivologia
2. Artes Cênicas
3. Artes Visuais
4. Biblioteconomia
5. Ciências Atmosféricas
6. Contabilidade
7. Defesa e Segurança
8. Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
9. Engenharia de Controle e Automação
10. Engenharia de Petróleo

11. Engenharia Têxtil
12. Ensino e Divulgação da Ciência
13. Estatística
14. Geodésia e Geofísica
15. Geologia
16. História da Ciência
17. Lingüística Aplicada
18. Literatura
19. Música
20. Neurociências
21. Relações Internacionais
22. Saúde Pública e Coletiva
23. Terapia Ocupacional

Algumas destas novas áreas figuram na TAC em vigor na condição de subárea ou de especialidade. Na verdade, por conta de seu crescimento, *ascenderiam* hierarquicamente. Esse foi o caso, entre outros, da Geologia, da Geodésia e da Geofísica, que hoje constam como sub-áreas da Geociência. As Relações Internacionais, atualmente uma sub-área da Ciência Política, constitui outro exemplo, assim como a Música, que tradicionalmente integra a área Artes. Outras novas áreas foram propostas para corrigir inadequações da TAC vigente. Esse foi o caso da Estatística, da Saúde Pública e da Terapia Ocupacional.

A Comissão acatou a demanda de criação de algumas novas áreas por entender tratar-se de interesse público incontestável como o da Engenharia do Petróleo, da Arquivologia e do Ensino e Divulgação em Ciências. No caso da Arquivologia, inclusive, mesmo sendo reduzido o número de pesquisadores e de cursos de graduação, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), empenhado em melhorar as condições técnico-científicas para a preservação da memória nacional e diante do formidável desafio de preservar a documentação eletrônica, demanda que a ascensão da Arquivologia como área do conhecimento assim como estímulos a ampliação do número de profissionais altamente especializados.

### 3. Defesa e Segurança

Entre as novas áreas do conhecimento propostas, a designada como *Defesa e Segurança*, reunindo profissionais de origens variadas, integraria a grande área **Ciências Humanas**, que ficaria assim composta:

- Filosofia
- Sociologia
- Antropologia
- Arqueologia
- História
- História da Ciência
- Psicologia
- Educação
- Ensino e Divulgação da Ciência
- Ciência Política
- Relações Internacionais
- **Defesa e Segurança**
- Teologia e Ciências das Religiões

A partir das contribuições apresentadas por instituições científicas civis e militares, a Comissão acatou, não sem relutâncias, que Defesa e Segurança, como nova área do conhecimento compreenderia as seguintes subáreas:

- Pensamento Estratégico
- Políticas de Defesa e Segurança
- Estudos Militares
- Instituições de Defesa.

Certas objeções ao estabelecimento dos estudos de Defesa e Segurança como área do conhecimento partiram de professores e pesquisadores dedicados as Relações Internacionais. Estes profissionais foram representados pelo presidente da recém-criada

Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), professor Eiiti Sato, da Universidade de Brasília, que argumentou em favor da inclusão dos estudos relativos à Economia Política Internacional e à Segurança Internacional na área de Relações Internacionais. Depois de grandes esforços em busca de um entendimento, foi acatada a criação da área Relações Internacionais com as seguintes sub-áreas:

- Teoria das Relações Internacionais
- Instituições e Organizações Internacionais
- Integração Regional
- Economia Política Internacional
- Paz, Conflito e Meio Internacional

Seguramente, esse não seria o arranjo mais adequado e, na prática, pode não resistir. A Economia Política Internacional se afigura como uma especialidade particularmente explorada por economistas; historiadores e cientistas políticos também contribuem nesse domínio. Dificilmente esses pesquisadores recorrerão à especialistas em Relações Internacionais para julgar o mérito de suas demandas às agências de fomento. A subárea Paz, Conflito e Meio Internacional tem evidentes interfaces com a área Defesa e Segurança e, tal como estão organizados no Brasil, os cursos de Relações Internacionais não capacitam pesquisadores para penetrar na intimidade das instituições militares, dos temas próprios da defesa nacional e da segurança do Estado.

Apesar da falta de estímulo, nos últimos anos, foram dados passos significativos no desenvolvimento desses temas, merecendo destaque a realização dos diversos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, os *exercícios de reflexão* organizados pela Secretaria de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa e algumas sessões de debates abertos na Câmara dos Deputados. O número de pesquisadores acadêmicos envolvidos no estudo das instituições militares, na atuação política dos oficiais e em diversos assuntos relativos à defesa nacional foi relativamente ampliado. Temas como a dinâmica do poder entre as nações, as tensões mundiais, os conflitos de fronteira entre Estados nacionais, as atividades científicas inspiradas ou desenvolvidas por militares e o sistema de recrutamento são crescentemente abordados por acadêmicos civis brasileiros. A maioria parte da literatura

disponível sobre esses assuntos ainda é estrangeira, mas já é possível contabilizar centenas de monografias, dissertações e teses produzidas no Brasil sobre esses assuntos.

Alguns anos atrás, um jovem pesquisador que pretendesse estudar as Forças Armadas brasileiras e a política de defesa recorreria preferentemente às instituições estrangeiras. Hoje, alguns programas brasileiros de pós-graduação nas áreas de Ciência Política, História, Sociologia e Antropologia já oferecem certas condições de estudo. É possível encontrar pesquisadores de temas militares e da defesa nacional mais de uma dezena de universidades brasileiras (UNICAMP, UNESP, USP, UFSCAR, UFRJ, UFF, UNB, UFMG, UFC, UFPA, UFPe, UEL, entre outras).

A pesquisa e a formação de pessoal especializado em instituições militares e assuntos de defesa no Brasil devem muito ao professor Eliézer Rizzo de Oliveira, da UNICAMP, que, ainda durante o regime militar, organizou o Núcleo de Estudos Estratégicos e editou a revista “Premissas”. Em São Paulo, antes da atuação de Eliézer Rizzo, apenas o veterano professor da USP Oliveiros Ferreira se destacava como acadêmico dedicado aos temas da Defesa. Outras instituições paulistas ganharam projeção como formadoras de especialistas, como foi o caso da UNESP, sob a liderança dos professores Héctor Saint-Pierre, Samuel Soares e Suzeley Kalil Mathias e da UFSCAR, onde João Roberto Martins, além de formar pós-graduados, logrou organizar uma biblioteca especializada e um centro de documentação a partir do acervo da jornalista Ana Lagoa.

No Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), onde atuam os professores Celso Castro e Maria Celina d’Araujo, cumpre um papel imprescindível: a coleta, catalogação, preservação e a divulgação de depoimentos de militares com papel de destaque na vida brasileira. As coleções de documentos preservados pelo CPDOC lhe conferem a condição de parada obrigatória para a maioria dos pesquisadores dedicados às Forças Armadas e a atuação política dos militares brasileiros. A atuação, no Rio de Janeiro, de professores e pesquisadores como José Murilo de Carvalho, Renato Lemos, Carlos Fico e Francisco Carlos Teixeira, Domício Proença Jr e Carlos Brigagão conferem a esta cidade a condição de centro destacado de estudo civil dos assuntos militares.

Um programa acadêmico desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação de Eurico de Lima Figueiredo, reúne civis e militares em sala de aula. Para efeito, foi estabelecido um convênio entre esta universidade e as escolas de formação de oficiais superiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Trata-se de uma tentativa de diálogo entre militares e acadêmicos, porém realizado em ambiente civil, ao contrário da tradição da Escola Superior de Guerra, cuja imagem ficou vinculada ao poder discricionário exercido pelos militares entre 1964 e 1985. O sucesso da iniciativa da UFF permitiu-lhe criar o primeiro Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa Nacional e da Segurança. Os militares, através de estudos desenvolvidos em ambiente civil, têm oportunidade de perceber de forma menos corporativista e simplificada a sua inserção social e seu papel na construção do país. Sem levar em conta o olhar externo à corporação, a percepção do militar permanecerá contida nos limites da auto-referência.

Não seria precipitado dizer que, na atualidade brasileira, conforma-se um ambiente em que as instituições de ensino superior das Forças Armadas captam de forma crescente os benefícios provenientes de intercâmbios e parcerias com a comunidade acadêmica.

O Grupo de Trabalho “Forças Armadas e Sociedade”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a mais importante entidade de cientistas sociais da América Latina, ilustra o progressivo envolvimento de acadêmicos civis nos temas da defesa: mais de quarenta pesquisadores apresentaram propostas de comunicação para a reunião de 2006. Como reflexo dessa tendência, foi organizada a Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), sob a presidência de João Roberto Martins, cujo primeiro congresso, ocorrido na Universidade Federal de São Carlos (SP), reuniu mais de uma centena de pesquisa.

A criação do “Comitê Temático de Defesa” no âmbito do CNPq pode ser mencionada como exemplo de iniciativa que contribui para dinamizar os estudos acadêmicos concernentes às Forças Armadas e a política de defesa. Hoje, pesquisadores interessados em estudar as instituições militares e temas correlatos têm a possibilidade de ver suas propostas avaliadas por profissionais reconhecidos como especialistas. Trata-se de uma iniciativa que precisa ser acompanhada por outros gestos das agências de fomento e

das instituições de ensino e pesquisa, a exemplo do Programa Pró-Defesa, resultados de uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Defesa.

#### 4. Vencendo resistências e preconceitos

A demanda por um maior envolvimento da comunidade acadêmica civil nos estudos e debates sobre a defesa nacional tem se tornado um lugar comum não apenas no discurso das autoridades do setor, com destaque para os dirigentes das instituições de altos estudos militares. Membros das comissões parlamentares especializadas se manifestam no mesmo sentido, alguns, inclusive, propondo previsões orçamentárias para as atividades acadêmicas especializadas. Entretanto, os estímulos ao envolvimento dos pesquisadores civis são bem restritos e ainda pouco consolidados. Não há registro de áreas do conhecimento desenvolvidas sem amparos, seja do Estado ou da iniciativa privada; sem recursos para a pesquisa e sem programas de pós-graduação voltados para o estudo do pensamento militar, dos assuntos das corporações militares e da política nacional de Defesa, a participação dos acadêmicos civis no debate estratégico não pode atingir as dimensões requeridas pela construção do Estado nacional democrático. Questões básicas, como as enunciadas nas primeiras linhas deste trabalho, restam sem tratamento razoável enquanto permanecer reduzido o número de especialistas.

Cabe vencer resistência tanto no âmbito acadêmico quanto no meio militar. Tendo em vista a intensa participação dos militares da vida brasileira desde os idos da Guerra do Paraguai, é intrigante a resistência dos acadêmicos civis ao estudo dos aparelhos, da cultura, das práticas e do pensamento militar. Tais temas são insistentemente menosprezados, apesar de ser difícil encontrar um domínio da vida nacional que não tenha sido afetado com maior ou menor intensidade pela atuação dos oficiais. No que se refere apenas ao campo científico, poucos se dão conta que o próprio CNPq foi criado como uma iniciativa essencialmente militar e que coube aos generais-presidentes da Ditadura o mais efetivo ao desenvolvimento do ensino de pós-graduação no Brasil. Aqui, obviamente, não se trata de julgar o mérito de governantes militares nem de atenuar a gravidade de seus truculentos atentados a democracia, mas de reconhecer a impossibilidade de compreender a construção do Estado e das especificidades da sociedade brasileira sem levar em conta o

papel exercido pelos militares. A falta de percepção desse papel reduz o alcance das análises do processo nacional brasileiro.

É simbólico que o CNPq, fundado por oficiais, tenha levado mais de meio século para ganhar capacidade de análise qualitativa de propostas de pesquisa sobre a defesa militar do país. Os regimes ditatoriais impostos a sociedade brasileira seguramente alimentaram resistências e preconceitos dos pesquisadores civis. Apenas nos últimos anos foi ampliado o número de pesquisadores que têm como objeto de estudo a vida interna das corporações militares. Paulatinamente esses cientistas alcançam o sentido dos termos, costumes, processos e valores inerentes aos quartéis. A análise do espírito corporativo de homens fardados e armados, as regras da hierarquia castrense, a indústria bélica, o planejamento estratégico, a cooperação militar internacional, os exercícios de projeções de força e, enfim, as relações entre as Forças Armadas e a sociedade demandam conhecimentos empíricos e recursos metodológicos parcamente ofertados pela universidade brasileira. Além da resistência do meio acadêmico, os pesquisadores ainda enfrentam obstáculos no acesso a documentos históricos. As instituições militares brasileiras precisam entender de uma vez por todas que tais obstáculos apenas faz crescer a determinação dos pesquisadores na elucidação de fatos e processos que o espírito corporativo militar teima em encobrir.

O apoio ao estudo dos problemas do sistema de defesa nacional é necessário e benfazejo. Não cabe imaginar que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas mantendo-se como preocupação exclusiva dos militares, de alguns poucos diplomatas e raros intelectuais. É importante compreender a forma de pensar e agir de instituições intrinsecamente fechadas como as corporações militares. Como assinalou Eliezer Rizzo, a democracia estará sempre em perigo enquanto a sociedade permanecer desconhecendo suas Forças Armadas. Se a ampliação do contingente de pesquisadores especializados é palpável, cabe lembrar que há um longo caminho a ser percorrido. A proposta de estabelecer a **Defesa e Segurança** como uma área do conhecimento científico e tecnológico se enquadra nessa perspectiva. O aprofundamento da democracia pede o desenvolvimento da cultura estratégica de defesa nacional em novos termos, ou seja, com a participação enriquecedora de acadêmicos civis.